



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº \_\_\_\_\_/2019**  
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional sobre a execução e articulação das políticas destinadas à população em situação de rua.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao **MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL GUSTAVO CANUTO** pedido de informações conforme segue:

- 1) Quais são as políticas do Ministério voltadas para assegurar o direito à habitação para a população em situação de rua?
- 2) Quantas vagas em moradia foram viabilizadas para a população em situação de rua nos últimos três anos?
- 3) Qual o montante de recursos executados pelo Ministério para assegurar o direito à moradia para a população em situação de rua nos últimos três anos?
- 4) Quantas reuniões foram realizadas pelo Ministério com os Ministério da Cidadania ou com o Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos para tratar das demandas da população em situação de rua por habitação durante o ano de 2019?

## **JUSTIFICATIVA**

A população em situação de rua vem crescendo em todo o país, sobretudo nas regiões metropolitanas, em razão de uma política econômica desastrosa, cuja principal consequência é o aumento da recessão e do desemprego em todo o país.

Em todas as grandes cidades, cada vez mais famílias são obrigadas a deixar suas casas para residirem debaixo de pontes e viadutos ou mesmo em praças públicas, sem acesso à alimentação, higiene, saúde e sujeitos a toda a sorte de violência.

A decadência da nossa economia não apenas aumenta a vulnerabilidade da população mais pobre, como também reduz a capacidade de investimento do Estado em políticas sociais.

A falta de sensibilidade histórica de nossos governantes faz com que os recursos destinados às políticas voltadas para a população em situação de rua sejam os primeiros a serem contingenciados e cortados.

A situação torna-se ainda mais dramática quando chega o período de baixas temperaturas na maior parte do país, época em que muitas dessas pessoas terminam morrendo pela falta de abrigo, pela falta de alimentação ou mesmo pela falta de um simples cobertor.

Diante desse contexto tão sombrio, impossível ignorar um dos fundamentos centrais da nossa República, o da dignidade da pessoa humana. É dever do Poder Executivo destinar recursos para políticas que atendam pessoas em tamanha situação de vulnerabilidade.

Por essa razão, precisamos compreender como o atual governo está lidando com essa questão, quais são as políticas que estão sendo financiadas, qual o seu alcance e quem são os parceiros que o Ministério elegeu para financiar e, assim, concretizar o atendimento dessa população.

São essas as razões que nos levam a solicitar as informações acima listadas.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

---

**IVAN VALENTE  
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP**